

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, no cartão-resposta, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use o cartão-resposta, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### Texto para os itens de 1 a 18.

1 No Brasil, a odontologia é considerada uma profissão autônoma e desvinculada da medicina. Isso não significa que a atuação do dentista seja menos complexa que a de um médico. É por isso que o presidente do Conselho Regional de Medicina do estado de Goiás defende a transformação da odontologia em uma especialidade da medicina, visto que, assim como o  
4 médico, o cirurgião-dentista faz diagnóstico de doenças, prescrição terapêutica e tratamentos, enquadrando-se, portanto, na caracterização do exercício profissional da medicina.

Aliás, o curso de odontologia só foi separado da medicina, no Brasil, em 1911, e deve-se considerar que Hipócrates, ao  
7 construir os primeiros pilares da medicina científica, tratava também dos aspectos odontológicos, em seus estudos.

Para se ter uma ideia da complexidade da atuação do profissional de odontologia, alguns males, como o câncer de boca, podem ser identificados em uma cadeira de dentista. No caso dessa doença, o diagnóstico precoce pode aumentar a chance de  
10 cura em 80%. São inúmeras as patologias que se relacionam com a saúde bucal, manifestando-se por sinais identificáveis pelo profissional de odontologia, dentre elas sífilis, leucemia, anemia, bulimia, diabetes, cirrose hepática e doenças autoimunes.

Por isso, a atuação do odontologista deve ser visualizada sob o prisma da integração da boca ao restante do corpo.  
13 Segundo Salomão Filho, “o tratamento de uma região, ou órgão específico, influencia todo o sistema”. Para o especialista, “mesmo tratando da região mastigatória, o dentista, quando prescreve um medicamento, como um antibiótico ou um anti-inflamatório, por exemplo, está interferindo em todo o funcionamento do organismo”.

16 Se a literatura especializada reconhece a complexidade do trabalho do profissional de odontologia, o ordenamento jurídico deve fazer o mesmo, mirando a atuação do dentista pelas lentes da responsabilidade subjetiva.

O contrário seria admitir que um complexo tratamento odontológico (e todo tratamento odontológico guarda  
19 complexidade) pode ser equiparado à compra de um eletrodoméstico qualquer em uma loja — cenário em que o fornecedor e(ou) comerciante responderia objetivamente por eventual defeito no produto. A hipótese anterior, a propósito, apenas valida a falha no sistema de saúde, ao ignorar que a saúde bucal importa totalmente à saúde geral.

22 Não obstante, a jurisprudência pátria vem admitindo que a obrigação do dentista é, em regra, de resultado. O ministro Luís Felipe Salomão, no julgamento do REsp 1.238.746/MS, já destacou que “nos procedimentos odontológicos, mormente os ortodônticos, os profissionais da saúde especializados nessa ciência, em regra, comprometem-se pelo resultado, visto que os  
25 objetivos relativos aos tratamentos, de cunho estético e funcional, podem ser atingidos com previsibilidade”.

No mesmo sentido, a maioria dos tribunais estaduais brasileiros vem admitindo que a obrigação assumida pelo cirurgião-dentista é, principalmente, de resultado, devendo recair sobre o profissional o ônus de provar que não agiu com culpa.  
28 Verifica-se, portanto, que o entendimento do STJ está norteando os entendimentos dos tribunais do País.

No que diz respeito ao Código de Defesa do Consumidor, a responsabilidade do profissional liberal, categoria na qual os odontologistas se enquadram, é expressamente tratada no artigo 14, parágrafo 4.º: “A responsabilidade pessoal dos  
31 profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa”.

Dependendo de verificação de culpa, a responsabilidade é subjetiva — e aqui se chama atenção ao fato de que, se há um tratamento diferenciado entre odontologistas e médicos, perante os órgãos de classe, diante do CDC, a análise da  
34 responsabilidade civil dos dentistas situa-se no mesmo campo da dos médicos.

Sendo a atuação do profissional de odontologia tão complexa quanto a do profissional em medicina e estando ambos enquadrados como profissionais liberais, no mesmo campo de análise da responsabilidade civil, o resultado lógico da articulação  
37 dessas proposições só pode levar à conclusão de que a responsabilidade do odontologista é, também, de meio, ao contrário da tendência jurisprudencial.

Com relação ao texto e a seus aspectos linguísticos, julgue os itens de 1 a 9.

- 1 O texto é estruturado em forma dissertativa e a tese nele defendida a respeito da responsabilidade civil dos profissionais de odontologia vai ao encontro do entendimento jurisprudencial brasileiro.
- 2 De acordo com as ideias defendidas no texto, o sistema de saúde brasileiro falha ao não caracterizar a atuação do cirurgião-dentista como exercício profissional da medicina.
- 3 Entende-se da leitura do texto que o cirurgião-dentista tem mais qualificação que o médico para identificar patologias que se relacionam com a saúde bucal.
- 4 Estariam mantidas a correção gramatical do texto e sua coerência caso o segmento “assim como o médico” (linhas 3 e 4) fosse deslocado, com as vírgulas que o isolam, para imediatamente depois da forma verbal “faz” (linha 4).
- 5 A conjunção “portanto” (linha 4) integra uma oração coordenada de sentido explicativo em relação à defesa da transformação da odontologia em uma especialidade da medicina.
- 6 Tanto na linha 5 quanto na linha 8 do texto, a palavra “profissional” está empregada como substantivo.
- 7 Na linha 27, o vocábulo “ônus” funciona, sintaticamente, como núcleo do complemento do verbo “recair”.
- 8 As vírgulas empregadas, respectivamente, depois dos vocábulos “liberal” (linha 29) e “enquadram” (linha 30) isolam segmento explicativo da expressão “profissional liberal” (linha 29).
- 9 Na oração “se há um tratamento diferenciado entre odontologistas e médicos” (linhas 32 e 33), o sujeito da oração está posposto ao verbo.

No que se refere à correção gramatical e à coerência da proposta de reescrita para cada um dos trechos destacados do texto, julgue os itens de 10 a 13.

- 10 “No Brasil, a odontologia é considerada uma profissão autônoma e desvinculada da medicina.” (linha 1): **No Brasil, considera-se a odontologia uma profissão autônoma e desvinculada da medicina.**
- 11 “e deve-se considerar que Hipócrates, ao construir os primeiros pilares da medicina científica, tratava também dos aspectos odontológicos, em seus estudos.” (linhas 6 e 7): **e considere-se que Hipócrates, quando construiu os primeiros pilares da medicina científica, tratou, também, em seus estudos, dos aspectos odontológicos.**
- 12 “São inúmeras as patologias que se relacionam com a saúde bucal, manifestando-se por sinais identificáveis pelo profissional de odontologia” (linhas 10 e 11): **São inúmeras as patologias que, relacionadas à saúde bucal, manifestam-se por sinais identificáveis pelo profissional de odontologia**
- 13 “Sendo a atuação do profissional de odontologia tão complexa quanto a do profissional em medicina e estando ambos enquadrados como profissionais liberais, no mesmo campo de análise da responsabilidade civil” (linhas 35 e 36): **Embora a atuação do profissional de odontologia seja tão complexa, como do profissional da medicina e ainda que, ambos sejam incluídos na categoria de profissionais liberais, no mesmo âmbito de análise da responsabilidade civil**

No que concerne à correção gramatical e à coerência das substituições propostas para vocábulos e trechos destacados do texto, julgue os itens de 14 a 16.

- 14 “Se” (linha 16) por **Uma vez que**
- 15 “Não obstante” (linha 22) por **Entretanto**
- 16 “vem” (linha 26) por **vêm**

Considerando os mecanismos de coesão no texto, julgue os itens 17 e 18 quanto à correta correspondência entre o termo destacado e o respectivo elemento de referência.

- 17 “a”, em “a de um médico” (linha 2): “atuação” (linha 2)
- 18 “o mesmo” (linha 17): “ordenamento jurídico” (linhas 16 e 17)

Acerca da correção gramatical dos trechos apresentados e da adequação da linguagem à correspondência oficial, julgue os itens 19 e 20.

- 19 Solicito o encaminhamento à esta Comissão de Fiscalização e Controle com a máxima urgência, o documento original de denúncia do registro irregular da Clínica de Odontologia DTL, para o devido apensamento ao Processo que deu origem, conforme os procedimentos legais previstos.
- 20 Em comprimento à determinação da Presidência deste Conselho Regional de Odontologia, encaminhamos anexo, a documentação e as informações referente ao processo de registro da Clínica Odontológica DS.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e teclar corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

A respeito do sistema operacional Linux, dos conceitos de redes de computadores e do programa de navegação Google Chrome, em sua versão mais recente, julgue os itens de 21 a 25.

- 21 O Ubuntu não permite o agendamento de tarefas. Sendo assim, não é possível programá-lo para executar um programa em um determinado horário.
- 22 No sistema operacional Linux, não é permitida a execução de comandos por meio de terminal, devido a um mecanismo de segurança imposto por esse sistema.
- 23 As redes intranet e Internet não têm, obrigatoriamente, relação entre si, pois os serviços da intranet são acessíveis somente ao público interno de um órgão com acesso à LAN, enquanto os serviços da Internet são acessados pelo público em geral.

- 24** As redes de computadores surgiram para permitir o compartilhamento de diversos recursos e são amplamente usadas dentro das organizações. Por serem completamente seguras e não possuírem nenhuma vulnerabilidade, elas não requerem qualquer ação ou intervenção de seus administradores quanto à segurança da rede.
- 25** No Google Chrome, o uso de perfis permite que o usuário compartilhe um computador com várias pessoas, mantendo determinadas informações em separado, como, por exemplo, histórico e senhas.

Com relação aos conceitos de *cloud computing*, aos conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos e aos aplicativos para segurança da informação, julgue os itens de **26 a 30**.

- 26** A camada de *middleware* é a principal tecnologia que compõe uma nuvem, sendo sua maior desvantagem o fato de ela não oferecer serviços de gestão de recursos distribuídos.
- 27** Em relação à arquitetura de *cloud computing*, a *multitenancy*, na camada de aplicação, otimiza o uso de recursos.
- 28** Arquivos com a extensão *.bat* não são abertos ou executados pelo Windows, nem mesmo com o usuário administrador, já que este sistema operacional os classifica como vírus.
- 29** O *Avast Free Antivirus*, uma ferramenta de proteção e detecção de ameaças, é uma versão gratuita do antivírus Avast.
- 30** O programa antivírus Avira possui um banco de dados constantemente atualizado e recursos de detecção de ameaças em tempo real.

Em um certo escritório de advocacia, o produto do número de advogados pelo número de advogadas é igual a 264.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens **31 e 32**.

- 31** Esse escritório de advocacia possui, no mínimo, 34 advogados (homens e mulheres).
- 32** A negação da proposição “Todo advogado deste escritório é doutor” é “Nenhum advogado deste escritório é doutor”.

No que se refere ao número complexo  $i = (0,1)$ , chamado de unidade imaginária, julgue os itens de **33 a 35**.

**33**  $i^{2021} = 1$ .

**34**  $\sum_{k=0}^{2021} i^k = i$ .

**35**  $\prod_{k=1}^{2021} i^k = -i$ .

Uma loja exclusiva de bolos embala seus produtos em caixas brancas, amarelas e vermelhas. Certo dia, foram produzidos 50 bolos e a loja dispunha de 20 caixas brancas, 60 amarelas e 15 vermelhas. Primeiramente, foram utilizadas todas as caixas brancas e, em seguida, os demais bolos foram colocados em caixas amarelas e vermelhas de modo diretamente proporcional à quantidade de cada tipo de caixa.

Com base nesse caso hipotético, julgue os itens **36 e 37**.

- 36** Menos de 63% das caixas disponíveis na loja nesse dia eram amarelas.
- 37** Nesse dia, após se embalar todos os bolos produzidos, 9 caixas vermelhas não foram utilizadas.

Ao se inscrever em uma plataforma virtual de xadrez pela primeira vez, um jogador recebe 1.000 pontos. Para cada partida vencida, o jogador ganha 5 pontos, para cada derrota, perde 9 pontos e, para cada empate, ganha 1 ponto.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens de **38 a 40**.

- 38** Para se compensar os pontos perdidos em 15 derrotas, é necessário vencer 27 partidas.
- 39** Após fazer a inscrição, caso jogue 150 vezes e perca 60 partidas, o jogador passará a ter, pelo menos, 550 pontos.
- 40** Caso a plataforma alterasse o número de pontos por vitória de 5 para 4, para se atingir um total de 100 pontos apenas com vitórias, seria necessário vencer 5 partidas a mais.

## RASCUNHO

## CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Quanto à ética e à moral, julgue os itens de **41 a 50**.

- 41** A moral, como disciplina filosófica, dedica-se à revelação das normas invariantes e das leis eternas que presidem o dever-ser do homem.
- 42** O estudo das diversas manifestações éticas do homem, isto é, na esfera antropológica e sociológica, é o caminho que leva à moral.
- 43** A ética é uma disciplina deontológica, fundada na filosofia concreta.
- 44** Um mesmo fato jamais poderá ser considerado como moral sob um contexto e como imoral à luz de outra perspectiva.
- 45** Na filosofia clássica, não há distinção efetiva entre ética e moral; esses termos são utilizados como sinônimos.
- 46** Na filosofia moderna, encontra-se uma tendência a reduzir a moral à axiologia.
- 47** A moral, segundo Foulquié, é o sistema de regras de conduta que o homem deve seguir para viver de acordo com a sua natureza.
- 48** A moral, como estudo sistemático dos costumes humanos, pode ser considerada como geral, como particular e até como individual.
- 49** Não é possível se falar em uma moral científica, já que a ciência apresenta conceitos universais e invariáveis.
- 50** Na teoria empirista, salienta-se a posição dos associacionistas, representada por Immanuel Kant, segundo a qual a consciência moral se explicaria pelas meras associações surgidas na experiência.

De acordo com a legislação que trata do acesso às informações, julgue os itens de **51 a 55**.

- 51** É dever dos órgãos e das entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação, em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.
- 52** É lícito aos órgãos e às entidades públicas fazer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
- 53** Aos órgãos e às entidades públicas não é imposto o dever de indicar as razões de fato ou de direito que motivarem a recusa de solicitações de informações de interesse público, desde que a recusa seja apenas parcial.
- 54** Quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, deverá ser oferecida a consulta de cópia, com certificação de que esta confere com o original.
- 55** O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou pela entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado, exclusivamente, o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados.

Acerca da Consolidação das Normas para procedimentos nos Conselhos de Odontologia, julgue os itens de **56 a 65**.

- 56** Os técnicos e os auxiliares em saúde bucal estão obrigados ao registro no Conselho Federal de Odontologia e à inscrição nos respectivos Conselhos Regionais em cuja jurisdição estejam estabelecidos ou exerçam atividades.
- 57** É permitido ao cirurgião-dentista executar trabalhos profissionais em pacientes sob anestesia geral, ainda que esta não seja administrada por profissional médico especialista, desde que o procedimento não ocorra em ambiente hospitalar.
- 58** Para se habilitar ao registro e à inscrição, o profissional cirurgião-dentista deverá, necessariamente, ter sido diplomado em escola situada no território nacional.
- 59** Será denominado clínico geral o cirurgião-dentista que, não possuindo título de especialista, exercer atividades pertinentes à odontologia, decorrentes de conhecimento adquirido em curso de graduação.
- 60** É lícito aos técnicos em saúde bucal prestar assistência indireta aos pacientes, sendo dispensável a supervisão de um cirurgião-dentista.
- 61** É vedado ao auxiliar de prótese dentária, ainda que sob a supervisão do cirurgião-dentista, confeccionar moldeiras individuais.
- 62** É vedado ao cirurgião-dentista o uso da via cervical infra-hióidea, bem como a prática de cirurgia estética, ressalvadas as estético-funcionais do aparelho mastigatório, por fugir ao domínio de sua área de atuação.
- 63** Caso ocorra o óbito do paciente submetido à cirurgia e à traumatologia bucomaxilofaciais, realizadas exclusivamente por cirurgiões-dentistas, o atestado de óbito será fornecido pelos serviços de patologia, de verificação do óbito ou do Instituto Médico Legal, de acordo com a organização institucional local.
- 64** Estomatologia é a especialidade da odontologia que tem como objetivo a prevenção, o diagnóstico, o prognóstico e o tratamento das doenças próprias do complexo maxilomandibular, das manifestações bucais de doenças sistêmicas e das repercussões bucais do tratamento antineoplásico.
- 65** É lícito ao laboratório de prótese dentária fazer propaganda de seus serviços ao público em geral.

À luz do Código de Ética Odontológica, julgue os itens de **66 a 70**.

- 66** A odontologia é uma profissão que se exerce em benefício da saúde do ser humano, da coletividade e do meio ambiente, sem discriminação de qualquer forma ou sob qualquer pretexto.
- 67** Constitui direito fundamental das categorias técnicas e auxiliares recusarem-se a executar atividades que não sejam de sua competência técnica, ética e legal, ainda que sob supervisão do cirurgião-dentista.
- 68** É obrigatória a elaboração e a manutenção de forma legível e atualizada de prontuário e a sua conservação em arquivo físico próprio, sendo vedada a utilização de arquivos digitais.
- 69** Todos os registros do banco de ossos, dentes e outros tecidos devem ser de caráter público.
- 70** É vedado ao especialista, para fins de diagnóstico e tratamento, conferenciar com outros profissionais.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A promulgação da Lei n.º 11.107/2005, conhecida como lei dos consórcios públicos, constituiu uma das primeiras iniciativas do Estado brasileiro a colocar na agenda pública a possibilidade de efetivação de “pactos territoriais” que facilitem as relações intergovernamentais. Com foco no desenvolvimento regional do Nordeste e no momento atual de conjuntura política adversa aos interesses dessa região, seus governadores pactuaram a criação do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (Consórcio Nordeste), visando ao fortalecimento regional, à melhoria da prestação dos serviços públicos e à proteção e promoção dos direitos do povo nordestino, principalmente para o desenvolvimento com justiça e inclusão social. Como tendência, cria-se a expectativa de mudança de uma cultura política antes predatória e em que prevaleciam severas disputas por investimentos entre os estados, gerando guerra fiscal.

Maria do Livramento Miranda Clementino. **A atualidade e o ineditismo do consórcio nordeste**. Internet: <<http://repositorio.ipea.gov.br>>.

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens de **71 a 75** com fundamento na Lei n.º 11.107/2005.

- 71** Quando a pessoa jurídica resultante do consórcio público se qualifica como associação pública, possui ela natureza de autarquia, que passa a integrar a administração indireta de todos os entes consorciados, sendo, por isso, espécie peculiar multifederativa.
- 72** O contrato de programa é o instrumento jurídico adequado ao compromisso comum ajustado, pelos entes consorciados, para custeio das despesas do consórcio.
- 73** A restrição ao recebimento de recursos federais que atinja um dos entes consorciados alcança o consórcio por aquele integrado.
- 74** Por força do princípio constitucional de independência e de ausência de hierarquia entre entes federativos, o consórcio público não admite que seu protocolo de intenções preveja discrepância no número de votos de que cada ente dispõe na assembleia geral.
- 75** Atualmente, é juridicamente vedada a celebração de contratos de programa com vistas à execução direta do serviço de saneamento básico por consórcios públicos.

Acerca da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992) e de sua interpretação jurisprudencial, julgue os itens de **76 a 80**.

- 76** A prática do ato de improbidade exige indispensável elemento subjetivo, doloso ou culposo, a depender do tipo.
- 77** Nos tipos em que se exige o dolo, a jurisprudência admite que ele se limite ao genérico, isto é, à prática de conduta consciente voltada para o núcleo do tipo, ainda que não direcionada às consequências específicas previstas em lei.
- 78** A improbidade administrativa não se limita à desonestidade e à má-fé, contemplando também a inépcia e a ineficácia, ainda que não deliberadas.
- 79** O entendimento doutrinário e jurisprudencial atual considera haver uma identidade entre moralidade e probidade, sendo princípios sobrepostos que tutelam um mesmo valor jurídico.
- 80** A probidade é interesse transindividual, de natureza indivisível e difuso.

Torna-se necessário afirmar que a adoção do *nomen juris* neoconstitucionalismo certamente é motivo de ambiguidades teóricas e até de mal-entendidos. Reconheço, porém, que, em um primeiro momento, foi de importância estratégica a importação do termo e de algumas das propostas trabalhadas pelos autores da Europa Ibérica. Isso porque o Brasil ingressou tardiamente nesse “novo mundo constitucional”, fator que, aliás, é similar à realidade europeia, que, antes da segunda metade do século XX, não conhecia o conceito de constituição normativa, já consideravelmente decantada no ambiente constitucional estadunidense. Portanto, falar de neoconstitucionalismo implicava ir além de um constitucionalismo de feições liberais – que, no Brasil, sempre foi um simulacro em anos intercalados por regimes autoritários – em direção a um constitucionalismo compromissório, de feições dirigentes, que possibilitasse, em todos os níveis, a efetivação de um regime democrático em *terrae brasilis*.

Lenio Luiz Streck. **Contra o neoconstitucionalismo**. Internet: <<http://www.abdconst.com.br>> (com adaptações).

Com base nos princípios apontados pela doutrina como característicos de um neoconstitucionalismo brasileiro, julgue os itens de **81 a 85**.

- 81** Uma das marcas do neoconstitucionalismo é a busca por concretizar direitos fundamentais e, assim, implantar um Estado Democrático Social de Direito.
- 82** O modelo normativo do neoconstitucionalismo é deontológico, com alta carga moral e com uma ideologia voltada para a implementação dos valores éticos de uma dada sociedade.

- 83** O pós-positivismo é um marco filosófico do neoconstitucionalismo e advoga em favor de uma leitura moral e metafísica do direito, em detrimento de uma legalidade estrita.
- 84** Os reflexos do neoconstitucionalismo sobre a interpretação constitucional revelam princípios instrumentais como o da supremacia da dignidade da pessoa humana.
- 85** Embora a doutrina sustente ser o neoconstitucionalismo refratário a voluntarismos e personalismos, sua base axiológica, inspirada em uma teoria da justiça, não raro é cooptada por discricionariedades, arbitrariedades e ativismos.

---

A respeito da disciplina constitucional e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal concernentes ao Tribunal de Contas da União, julgue os itens de **86 a 90**.

- 86** O controle externo desempenhado pelo Tribunal de Contas da União admite modalidade preventiva, sendo constitucional a iniciativa legislativa regulamentar que preveja a análise prévia pela Corte de Contas a respeito da validade de contratos a serem celebrados pelo Poder Público.
- 87** Compete ao Congresso Nacional julgar as contas do Tribunal de Contas da União.
- 88** O Tribunal de Contas da União não pode exercer controle concentrado de constitucionalidade, mas pode exercer o controle difuso e, em razão deste, adotar a transcendência dos motivos determinantes como forma de vincular a Administração Federal.
- 89** O Tribunal de Contas da União detém o chamado poder geral de cautela como decorrência natural de suas atribuições constitucionais.
- 90** O Tribunal de Contas da União e seus órgãos ostentam legitimidade para figurar como autoridade coatora em mandado de segurança quando o ato coator, praticado ou ainda a praticar, estiver revestido de caráter impositivo.

No que se refere à Lei n.º 6.830/1980 (Lei de Execução Fiscal), julgue os itens de **91 a 95**.

- 91** O valor de alçada para fins de cabimento de apelação em execução fiscal é aferido, corrigido, na data de propositura da execução.
- 92** A inicial de execução fiscal exige instrução com o demonstrativo atualizado do cálculo do crédito exequendo.
- 93** Em execução fiscal, sentenças não apeláveis em razão do valor de alçada desafiam a impetração de mandado de segurança.
- 94** O seguro garantia judicial é hábil a funcionar como garantia em execução fiscal.
- 95** Sendo o fato gerador posterior à incorporação, o redirecionamento da execução fiscal em desfavor de empresa sucessora prescinde de modificação da certidão de dívida ativa quando esta estiver em nome da empresa sucedida.

---

Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, julgue os itens de **96 a 100** a respeito dos embargos de divergência.

- 96** É pressuposto de admissibilidade dos embargos de divergência que o dissenso judicial diga respeito a teses de direito sobre fatos similares, não sendo, por isso, cabível o recurso que diga respeito à dissonância de ordem fática.
- 97** Os embargos de divergência podem ter por objeto uma mesma controvérsia processual discutida entre arestos proferidos em contextos fáticos distintos.
- 98** A ausência de cotejo analítico demonstrativo do dissídio em embargos de divergência representa vício substancial, e não meramente formal, motivo por que não comporta correção e desafia não conhecimento.
- 99** A ausência de juntada de cópia do acórdão paradigma do dissídio em embargos de divergência representa vício substancial, e não meramente formal, motivo por que não comporta correção e desafia não conhecimento.
- 100** As razões *obiter dicta* (ou ditas de passagem) não se prestam a ilustrar divergência, em acórdão pretensamente paradigma, capaz de fundamentar embargos de divergência.

Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens de **101 a 105** quanto aos reflexos processuais da natureza jurídica dos conselhos profissionais.

- 101** Porque enquadrados como autarquias, os conselhos profissionais usufruem do benefício de isenção de preparo para fins de recurso.
- 102** Os conselhos profissionais observam contra si o rito da execução contra a fazenda pública, inclusive no que diz respeito a ofícios requisitórios e precatórios.
- 103** Os conselhos profissionais ostentam a prerrogativa de ver contados em dobro seus prazos processuais em geral.
- 104** Os conselhos profissionais ostentam legitimidade ampla e irrestrita para a propositura de ação civil pública.
- 105** Os conselhos profissionais somente têm iniciada a contagem de seus prazos processuais a partir de sua intimação, que há de ser sempre pessoal.

---

Com relação ao direito do trabalho e ao direito processual do trabalho, julgue os itens de **106 a 110**.

- 106** A atividade fiscalizatória exercida pelos conselhos profissionais não possui natureza trabalhista, mas sim de poder de polícia, motivo por que não se insere no rol de competências da Justiça do Trabalho.
- 107** Após período de incerteza jurisprudencial, o Supremo Tribunal Federal definiu que os conselhos profissionais, por serem espécie *sui generis* de pessoa jurídica de direito público não estatal, não fazendo parte da estrutura orgânica do Estado, observam o regime celetista quanto ao seu pessoal.
- 108** O adicional de periculosidade pago espontaneamente dispensa a realização de prova pericial para demonstração da periculosidade.
- 109** O pagamento em dobro da remuneração de férias somente tem lugar quando elas forem usufruídas fora da época própria, não incidindo quando o pagamento se der a destempo.
- 110** A dispensa de empregado com doença grave que enseje preconceito é presumidamente discriminatória para fins de reintegração.

No que concerne ao processo do trabalho, julgue os itens de **111 a 115**.

- 111** A competência da Justiça do Trabalho alcança a execução, de ofício, das contribuições previdenciárias que constituam reflexo de condenação em verbas trabalhistas.
- 112** A extinção de processo que tenha por objeto dissídio coletivo, com a perda da eficácia de sentença normativa, não prejudica a execução que tenha aquela decisão como título.
- 113** A chamada reforma trabalhista não afetou a demonstração da hipossuficiência para fins de gratuidade de justiça, que segue exigindo, no que diz respeito a pessoas físicas, simples declaração, com presunção relativa de veracidade.
- 114** O instituto da prescrição intercorrente não tem lugar no processo do trabalho, limitando-se à pretensão cognitiva relativa ao direito material, mas não à sua satisfação no curso de processo já instaurado.
- 115** A multa coercitiva que visa a compelir pagamento espontâneo em cumprimento de sentença civil alcança o processo do trabalho como ferramenta de maior efetividade jurisdicional.

---

Acerca da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, julgue os itens de **116 a 120**.

- 116** Não são admitidas, na esfera controladora, as decisões baseadas em valores jurídicos abstratos.
- 117** Na esfera controladora, as decisões que decretarem a invalidação de ato deverão sempre indicar as condições para que sua regularização ocorra de modo proporcional.
- 118** Na interpretação de normas de gestão pública, deverá haver o exercício da empatia em relação ao gestor, considerando-se as dificuldades reais e as circunstâncias práticas que cercaram seu agir.
- 119** Na esfera controladora, as decisões que impliquem mudança de interpretação sobre norma de conteúdo indeterminado observarão uma modulação que assegure um período de transição, a bem da segurança jurídica.
- 120** É terminantemente vedada a retroatividade de interpretação administrativa relativa à esfera controladora.

## PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de texto definitivo da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica fabricada em material transparente, de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- O espaço destinado à transcrição de texto da **folha de texto definitivo** não poderá ser assinado, rubricado nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

No museu de excrescências de nossa história, ficou famoso um caso ocorrido na primeira república, durante o governo de Prudente de Moraes. Um magistrado do Rio Grande do Sul (ilustre por sinal... professor Alcides de Mendonça Lima) foi condenado, pela justiça gaúcha, por crime de prevaricação e pegou nove meses de suspensão só pelo fato de haver declarado inconstitucional uma lei daquele estado que alterava as características essenciais do tribunal do júri. O Supremo Tribunal Federal (STF), porém, reparou o absurdo. Absolveu o réu, assinalando ter havido apenas divergência de opinião, e não um crime. A defesa ficou por conta de Rui Barbosa, que batizou o triste episódio de “crime de hermenêutica”.

Gustavo de Medeiros Melo. **CNJ ou Conselho de Segurança Nacional?**  
Internet: <<https://www.conjur.com.br>> (com adaptações).

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

### **Improbidade, parecer jurídico e dispensa de licitação**

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) requisitos para a responsabilização do parecerista por ato de improbidade segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do STF;
- b) se o parecer jurídico fundado em tese doutrinária minoritária configura ou não erro grosseiro;
- c) dispensa de licitação, dano *in re ipsa* e ressarcimento ao erário segundo a jurisprudência do STJ; e
- d) (in)constitucionalidade do artigo 10 da Lei n.º 14.133/2021.